



**AVISO DE ABERTURA DE CANDIDATURAS Nº ED-04/2020**  
**Faculdade de Direito – Escola do Porto**  
**Ano letivo 2020/2021**

**Mudança de Par Instituição/Curso**  
**1º Ciclo**  
**Licenciatura em Direito**

Ao abrigo do Regulamento de acesso aos ciclos de estudos de licenciatura e de mestrado integrado da Universidade Católica Portuguesa (Despacho NR/R/0491/2018, de 25 de maio), as regras aplicáveis aos candidatos pelo Regime de Mudança de Par Instituição/Curso à Licenciatura em Direito, para o ano letivo de 2020/2021, são as que a seguir se definem.

**1. Condições de admissão dos candidatos**

Podem requerer a mudança de par instituição/curso os estudantes que cumulativamente:

- a) Tenham estado matriculados e inscritos noutra par instituição/curso, em anos letivos anteriores, e não o tenham concluído, não sendo exigida aprovação a nenhuma unidade curricular na instituição de origem.
- b) Tenham realizado pelo menos um dos exames nacionais do ensino secundário correspondentes às provas de ingresso (História (11) ou Matemática A ou B (16) ou Português (18)), em qualquer ano letivo, com uma nota igual ou superior a 95 pontos (numa escala de 0 a 200);

Considerando as limitações impostas pelo plano de contingência, criado no âmbito da COVID-19, as candidaturas de 2020, à Licenciatura em Direito, serão submetidas, excecionalmente, sem a prévia aprovação na prova de pré-requisito vocacional.

Para os estudantes titulares de cursos secundários não portugueses legalmente equivalentes ao ensino secundário português, a condição estabelecida pela alínea b) pode ser substituída por prova homóloga, de acordo com o disposto no artigo 4º do Regulamento de acesso aos ciclos de estudo de licenciatura e de mestrado integrado da Universidade Católica Portuguesa (Despacho NR/R/0295/2019, de 20 de março).

Para os estudantes internacionais que já tenham frequentado o ensino superior em Portugal, a condição prevista na alínea b) é substituída pelo disposto no nº 4 do artigo 4º do Regulamento de aplicação do Estatuto do Estudante Internacional da Universidade Católica Portuguesa (NR/R/0105/2019, de 7 de março).

Para os estudantes que ingressaram no ensino superior através das provas especialmente adequadas destinadas a avaliar a capacidade para a frequência do ensino superior dos maiores de 23 anos, reguladas pelo Decreto -Lei n.º 64/2006, de 21 de março, alterado pelo Decreto -Lei n.º 113/2014, de 16 de julho, a condição prevista na alínea b) é substituída pela aprovação nas provas especialmente adequadas destinadas a avaliar a capacidade para a frequência do ensino superior dos maiores de 23 anos exigidas pela Faculdade de Direito – Escola do Porto.

**2. Número de Vagas: 2 (admitidos para o regime Pós-Laboral)**



### 3. Prazos de candidatura

#### Calendário de candidaturas

Candidatura	Resultados	Matrículas
01 jun a 28 ago	02 set	03 e 04 set

### 4. Documentação necessária

- Certidão\* comprovativa da aprovação em todas as unidades curriculares realizadas no ensino superior (quer no curso de origem, quer noutra âmbito, nomeadamente em regime de frequência de unidades curriculares isoladas), com as respetivas classificações e ECTS, ou, caso não tenha tido aprovação a nenhuma unidade curricular, certidão comprovativa de matrícula e inscrição no estabelecimento de ensino anterior;
- Ficha ENES\* com a média do ensino secundário e prova de ingresso (História (11) ou Matemática A ou B (16) ou Português (18)), ou documentos que a substituam;
- Requerimento de creditação de unidades curriculares realizadas (caso pretenda solicitar creditações);
- Programas das unidades curriculares\* já efetuadas no ensino superior e currículo do curso frequentado, caso pretenda solicitar creditação de unidades curriculares jurídicas
- Formulário com informação dos dados pessoais ou cópia de documento de Identificação e do Cartão de Contribuinte;
- Formulário para estudantes com Necessidades Educativas Especiais (NEE) – se aplicável

#### \* NOTAS

» Todos os originais ou fotocópia autenticada, deverão ser apresentados antes do início das aulas, em data e hora a definir pelos Serviços Académicos.

Os documentos emitidos noutros países terão que ser legalizados por autoridade diplomática ou consular portuguesa no país emitente, ou conter a Apostilha de Haia.

Quando se encontrem redigidos em língua estrangeira que não a língua espanhola, inglesa ou francesa, deve ser entregue a respetiva tradução, efetuada nos termos previstos na lei notarial.

### 5. Apresentação de Candidatura

As candidaturas deverão ser apresentadas através de plataforma online (<https://secretaria.porto.ucp.pt/CandidaturasOnline/>). O candidato receberá a confirmação da receção da candidatura, onde poderá encontrar os dados para pagamento da respetiva taxa. Sendo residente em país estrangeiro receberá, posteriormente, um email com IBAN. A candidatura só ficará concluída quando o pagamento for realizado.

### 6. Avaliação das candidaturas, critérios de seriação e publicação dos resultados

A seriação dos candidatos será realizada por um júri, constituído pelo Diretor da Faculdade de Direito – Escola do Porto, pela Coordenadora do ciclo de estudos e por um docente da mesma faculdade.



Os candidatos serão seriados de acordo com os critérios indicados na tabela.

<b>Critério (expresso na escala 0 - 200)</b>	<b>Coefficiente de Ponderação</b>
Prova de ingresso	50%
Desempenho académico	50%

Os resultados serão publicados numa plataforma digital de acesso restrito aos candidatos, que receberão as credenciais e link de acesso por email, em data próxima da publicação dos mesmos.

Os resultados serão expressos da seguinte forma:

- “Admitido”
- “Não Admitido”

## **7. Funcionamento**

A licenciatura em Direito tem a duração de 4 anos (240 ECTS), funcionando em regime diurno e em regime pós-laboral. As aulas decorrem habitualmente de 2ª a 6ª feira, com manchas horárias distribuídas entre as 8h30 e as 18h45 (ocasionalmente até às 20h15) para o regime diurno e entre as 19h00 e as 23h15 para o regime pós-laboral, em ambas as situações com possibilidade de aulas ao sábado de manhã.

As aulas têm início a 14 de setembro.

O idioma de lecionação é o português. São igualmente disponibilizadas algumas unidades curriculares em língua inglesa.

## **8. Propinas Taxas e Emolumentos**

O valor das taxas, propinas e outros emolumentos, é fixado anualmente, e publicado em documento próprio (Tabela de propinas taxas e emolumentos), pelo que os valores a praticar em anos letivos subsequentes poderão sofrer alterações.

### **Valores para 2020/2021**

Extrato da Tabela de Propinas, Taxas e Emolumentos 2020/2021 (não dispensa a consulta do documento na íntegra):

- Pela candidatura, é devido o pagamento de uma taxa no valor de 250€ (200€ se for proveniente de um curso superior da UCP);
- Na matrícula é devido o pagamento de uma taxa, no valor de 365€ e da 1ª mensalidade, no valor de 478.50 € (valor correspondente a inscrição em 30 créditos ECTS com o valor de 15.95€/ECTS/mês).

A candidatura só será considerada válida após comprovação do pagamento da respetiva taxa.

No ato de matrícula é devida a taxa de matrícula e a 1ª mensalidade. As taxas de candidatura e matrícula não são reembolsáveis em nenhuma circunstância, mesmo que o estudante anule a matrícula antes de iniciar o curso.



## **9. Outras Informações**

### **Matrícula**

As matrículas serão realizadas por sistema online, cujo acesso será facultado aos candidatos admitidos após publicação dos resultados. Nessa plataforma será necessário submeter:

- Fotografia tipo passe (\*.JPG, \*.PNG ou \*.GIF)
- Cópia do boletim de vacinas para comprovar a vacina antitetânica (apenas a página relativa a este registo)
- Informação solicitada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior ([inquérito RAIDES](#))
- Boletim de matrícula e outros documentos específicos a indicar no momento da admissão
- Comprovativo de pagamento da taxa de matrícula e da 1ª mensalidade (a informação sobre os meios de pagamento será facultada na comunicação do acesso à plataforma de matrículas)

Pressupõe-se desistência do candidato em caso de não efetivação da matrícula no prazo estipulado.

Os originais dos documentos previamente submetidos deverão ser apresentados antes do início das aulas, em data e hora a definir pelos Serviços Académicos.

### **Creditação da formação anterior**

A creditação da formação anteriormente realizada será efetuada de acordo com o Regulamento de Creditação da Licenciatura da Faculdade de Direito – Escola do Porto, aplicando-se as taxas em vigor.

Mais informações podem ser obtidas em <http://www.direito.porto.ucp.pt/pt/central-oferta-formativa/licenciatura-em-direito> ou no portal de candidaturas.

## **10. Contactos**

Para mais informações contacte-nos através de:

@ | [candidaturas@porto.ucp.pt](mailto:candidaturas@porto.ucp.pt)

t | +351 800 105 632/3

Atendimento por marcação para [candidaturas@porto.ucp.pt](mailto:candidaturas@porto.ucp.pt)

Morada

Universidade Católica Portuguesa – Campus Foz

Rua Diogo Botelho, 1327

4169-005 Porto, Portugal

Porto, 20 de maio de 2020

O Diretor da Faculdade de Direito (Escola do Porto)

  
(Prof. Doutor Manuel Fontaine Campos)